

ACERCA DAS RAZÕES QUE LEVAM AS PESSOAS A OPTAR PELO INFORMAL*

Maria do Socorro de Araújo
Pesquisadora Associada do Departamento de
Economia da Fundação Joaquim Nabuco

1. As Atividades Informais em Países Capitalistas Atrasados

No contexto do desenvolvimento urbano – entendido como crescimento desordenado das cidades – as atividades informais vêm desempenhando importante papel, na medida em que conseguem empregar considerável contingente da mão-de-obra que o chamado setor organizado da economia não logra absorver. No caso da Região Metropolitana do Recife, por exemplo, é particularmente notória a importância dessas atividades. Em trabalho realizado pelo SINE/FUNDAJ (1986), estima-se que 41% dos trabalhadores ocupados estavam engajados em atividades informais. Trata-se, pois, de uma presença significativa, que se reflete de forma marcante no cenário urbano, sobretudo através dos ramos ligados ao pequeno comércio. Sua verdadeira dimensão, no entanto, nem sempre é percebida, uma vez que muitas dessas atividades não utilizam espaço próprio (a exemplo da confecção e da oferta de produtos nas próprias residências, do comércio realizado em repartições, da oferta de serviços a domicílio etc.), e muitas delas se localizam em áreas periféricas onde o espaço é mais acessível, a clientela está mais próxima e as restrições urbanísticas são menores. Por sua importância na estrutura ocupacional da população, seu dinamismo e suas formas específicas de inserção na estrutura espacial da cidade, essas atividades constituem um aspecto relevante para quem quer compreender a realidade urbana.

* Este artigo baseia-se em conclusões tiradas de pesquisa realizada junto a trabalhadores informais de oficinas reparadoras de veículos automotores (ARAÚJO, 1990). A pesquisa contempla 109 entrevistados distribuídos entre oficinas classificadas como pequenas, médias e grandes. Também foram entrevistados trabalhadores formais vinculados a uma concessionária de veículos.

A disseminação das atividades informais levou à ampliação da discussão acerca da sua natureza, das suas articulações e dos possíveis efeitos que elas acarretariam para a economia capitalista. Muitas proposições convergiram para a idéia de que essas atividades constituíam simples e efêmeras "estratégias de sobrevivência", que pouco a pouco se arrefeceriam, com tendências a desaparecer na medida em que o crescimento econômico fosse se consolidando e "formalizando" o mercado de trabalho. Outras proposições, ao vislumbrar as articulações entre as atividades formais e informais, principalmente nos setores da comercialização, enxergaram a sua expressão de grandeza e conceberam-nas como componente importante da realidade dos países periféricos. As atividades informais foram analisadas também sob o ponto de vista de sua contribuição para amenizar os desequilíbrios resultantes da urbanização anárquica que a industrialização promove. Ao manter ocupado considerável número de pessoas nas grandes cidades, garantindo-lhes a sobrevivência, elas reduziram o espectro dos conflitos sociais.

Sem estar na dependência dos recursos governamentais (sendo muitas vezes perseguidas e prejudicadas pela vigilância da máquina fiscalizadora e arrecadadora de tributos), essas atividades se apóiam na criatividade e na iniciativa individuais, atendendo, sobretudo, às necessidades de consumo das camadas de renda mais baixa, através da produção e oferta de bens e serviços mais baratos que os produzidos através de mecanismos tipicamente capitalistas – que se caracterizam pelo assalariamento, pela expressividade do montante de recursos financeiros investidos, ou pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

2. As Razões que Levam Trabalhadores a Optar pelo Informal

Uma lacuna, porém, parece estar a merecer um espaço maior dentro dessas discussões. Trata-se da questão ligada às razões que impelem as pessoas a optar pelas atividades informais. É bem verdade que essa opção se prende, em grande parte, ao fato de ser esta uma alternativa mais fácil e prática de sobrevivência para os que não encontram um posto de trabalho na chamada economia formal ou que dela foram subtraídos. Muitos permanecem no desempenho da atividade informal na expectativa de ingressarem no setor genuinamente capitalista da economia. Mas há que se considerar os que estão na atividade informal por outras razões – ou porque desejam fugir de obrigações ligadas a pagamento de impostos ou relativas à burocracia predominante, ou porque são impulsionados por um certo espírito empresarial através do qual projetam seus desejos de acumular (geralmente frustrados), ou mesmo porque rejeitam se submeter a uma relação formal de trabalho em que o empregado se vê subordinado à vontade de um empregador.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores informais de oficinas reparadoras de veículos automotores, esta última razão é apontada com uma frequência bem mais significativa em relação às demais. Esse desejo de autonomia no trabalho está presente de forma generalizada até mesmo entre tra-

balhadores que apresentam vínculos formais de trabalho – como é o caso dos que trabalham em concessionárias de veículos, por exemplo.

Essa questão da autonomia ligada às atividades informais é, no entanto, considerada por alguns autores como uma questão de pouca relevância. PRANDI (1978), para quem o trabalho autônomo, ou, como ele denomina, o trabalho por conta própria, embora não faça parte das relações de produção capitalistas se realiza dentro do circuito capitalista de produção, sugere que não faz sentido falar-se de autonomia, posto que ela está sempre submetida à ordem fundamental do capital. Da mesma forma, OLIVEIRA (1987), em ensaio que trata das relações entre as classes sociais, vê o setor informal como componente da divisão social do trabalho e refere-se à autonomia como sendo algo ilusório.

Na verdade, há que se diferenciar a autonomia enquanto forma específica de relações de produção que se estabelecem entre os agentes e os proprietários dos meios de produção, e a autonomia entendida como a flexibilidade de que dispõem os agentes para desenvolver as suas atividades, sem o rigor disciplinar em relação ao tempo e ao tipo de trabalho a realizar. Em quaisquer circunstâncias, porém, essa autonomia deve ser entendida como um conceito relativo, uma vez que está inserida em um contexto maior em que o capital subordina o trabalhador.

A autonomia é, portanto, aqui abordada sob o ponto de vista de sua representatividade para o trabalhador informal, ou seja, aquela sensação de libertação da condição de “cativeiro” que o assalariamento impõe.

Essa relação que os trabalhadores costumam estabelecer entre “cativeiro” e assalariamento tem, por certo, ligação com o autoritarismo presente nos modos como se organiza a acumulação capitalista nos países periféricos, a exemplo do Brasil.¹ Não porque se ignore que a relação capitalista de trabalho é por natureza uma relação autoritária, mas porque se reconhece que no Brasil, de modo particular, esse autoritarismo é bem mais forte. HUMPHREY (Estudos CEBRAP, 26) também faz referências à forma autoritária dessas relações de trabalho, chamando a atenção para o fato de que enquanto nos países desenvolvidos o operário conta com mecanismos formais de proteção, incluindo-se aí o que ele chama de “proteção informal da classe operária organizada”, no Brasil isso não acontece. Além disso, assinala o autor, há que se considerar o grande excedente de mão-de-obra, que, sem dúvida, aumenta ainda mais o caráter subordinado do trabalho ao capital. A associação “cativeiro x assalariamento” pode ser vista, então, como reflexo do inconformismo com o processo autoritário que caracteriza as relações de trabalho no país.

A sensação de autonomia parece também ser importante elemento compensatório da ausência, para o trabalhador informal, de algumas garantias trabalhistas que têm os empregados submetidos a vínculos formais de trabalho. Alguns depoimentos colhidos junto a trabalhadores informais deixam transparecer isso.

"Quando eu era mais moço tive experiência em firma grande, mas hoje não quero nem ouvir falar mais nisso... é uma escravidão".

"Mesmo sem carteira assinada e sem direito a férias, prefiro trabalhar aqui... A gente é mais livre".

"Se arranjasse um emprego numa fábrica, mesmo se fosse para ganhar mais eu não iria. Aqui (na oficina) a gente se sentê mais solto, mais livre".

"Aqui na oficina não tem relógio de ponto... a gente se sente mais livre... se tiver uma dor-de-dente ou, mesmo, se estiver indisposto, não precisa correr atrás de atestado médico. Cumprir horário é ser escravo".

O controle sobre o ritmo de trabalho, junto com a flexibilidade relativa dos horários e o predomínio das relações pessoais aparecem como sendo os elementos que mais representam autonomia para estes trabalhadores informais.

Invariavelmente, o profissional que trabalha em uma oficina informal de recuperação de veículos ao ser solicitado a esclarecer a respeito da autonomia que diz ter, se refere de imediato à questão da flexibilidade do horário.² O relógio de ponto – instrumento controlador da frequência dos empregados de firmas organizadas – é visto por estes trabalhadores informais como um verdadeiro fantasma, muito embora a pesquisa que norteia este artigo tenha revelado não ser a extensão da sua jornada de trabalho muito diferente da dos trabalhadores vinculados a atividades formais. Observe-se, no entanto, que os dados conseguidos são dados aproximados, visto que a cronometragem do tempo não parece ter significado para essa categoria profissional, salvo os que trabalham em unidades de trabalho onde já se observa um certo grau de formalização no desempenho da atividade.³ Nas unidades pequenas e médias, este controle dos horários permanece sem rigidez; o que conta para estes trabalhadores é a tarefa a ser realizada e, por isso, as frações de tempo deixam de ter maior importância. Quinze ou trinta minutos que passem do horário habitual de chegada, por exemplo, podem ser ou não compensados no horário de saída, dependendo das tarefas que serão executadas no decorrer do dia. Da mesma forma, existe um horário habitual de saída que é determinado muito mais pelo cair da luminosidade do dia do que mesmo pelos ponteiros do relógio. Ficar mais uma ou duas horas além desse horário habitual também não parece ter muita importância para esses entrevistados. Essa flexibilidade nos horários também é conseqüência da descontinuidade do processo de trabalho dentro das unidades informais. São freqüentes as interrupções que ocorrem durante a execução das tarefas, ora para tomar um guaraná ou um cafezinho na barraca da esquina, ora para fumar um cigarro ou manter uma conversa com os colegas de trabalho. Com esses espaços de

liberdade, o trabalhador informal não se dá conta do seu tempo real de trabalho e se sente solto, sem amarras.

Alguns trabalhadores informais, com experiência anterior no setor formal, admitem, por exemplo, que numa firma o volume de trabalho é, às vezes, menor do que numa unidade informal. Mas, em compensação, "o ambiente na oficina é de camaradagem" – dizem eles.

Nessas referências à "camaradagem", também se identifica mais um elemento representativo da autonomia a que se refere o trabalhador informal: as relações pessoais. São elas que predominam nas oficinas, seja entre trabalhadores e proprietários, seja entre os próprios trabalhadores ou, ainda, entre trabalhadores e clientes:

"Aqui na oficina a gente não tem patrão; trabalha à vontade. O dono é um companheiro da gente e está sempre ajudando nas dificuldades da gente. Numa firma pequena, até mesmo a amizade com os colegas de trabalho fica melhor".

Enquanto numa grande fábrica as relações com as máquinas e dos operários entre si permanecem sob a égide do capital, por conta mesmo da natureza do processo de acumulação, nas unidades informais tudo passa pelas relações de caráter pessoal. Nas oficinas grandes, por exemplo, onde já se registram elementos componentes do formal, essas relações pessoais predominam contribuindo para que se crie um clima de familiaridade que caracteriza o local de trabalho enquanto espaço onde se efetiva a exploração da força de trabalho. Exemplos destas formas de consciência são expressados assim:

"Numa firma grande tem muitos mandões. Aqui não tem mandão nenhum; a gente trabalha sem aperreios. Quando a situação aperta, surge algum contratempo, o dono da oficina sempre ajuda".

"Já trabalhei em firma e não gostei. Aqui a gente pode até trabalhar mais, mas trabalha à vontade, sem ter fiscal esquentando a cabeça da gente. Se adoecer ou tiver alguma coisa para resolver em casa, não precisa arranjar atestado e nem desculpa. Aqui trabalha tudo junto; é tudo companheiro".

Os que trabalham em oficinas pequenas e médias também costumam relacionar este sentimento de autonomia à ausência de um contrato de trabalho formalizado através da assinatura da carteira profissional – que aparece, para muitos, como um símbolo de cativoiro. Eles demonstram sentir, embora não compreendam claramente, o que significa a carteira assinada enquanto mecanismo de apropriação da força de trabalho. Eles acham que, embora o registro de trabalho na carteira profissional confira ao trabalhador certas garantias como, por exemplo, uma estabilidade temporária no empre-

go, a submissão que ela acarreta não é considerada compensatória. No seu caso, a estabilidade não é vista em relação à unidade de trabalho, mas em relação à atividade que desempenham, e isso lhes é assegurado pela facilidade de mobilidade que existe no ramo. Esses trabalhadores facilmente migram de uma unidade para outra, e essa facilidade é maior, segundo acreditam os entrevistados, na medida em que o trabalhador possui maior habilidade na execução da tarefa:

“A grande vantagem de trabalhar numa oficina é que quando não está dando certo a gente vai para outra. O trabalho é mais livre; não tem ninguém controlando a gente”.

Nas oficinas grandes, a autonomia é mais relacionada ao controle que o trabalhador tem do processo produtivo – controle sobre o ritmo de trabalho – e à atitude paternalista assumida pelo proprietário da oficina, que sempre é requisitado para solucionar problemas pessoais dos seus auxiliares. A facilidade de acesso ao proprietário, proporcionada, inclusive, pela identidade de classe existente entre os que trabalham no ramo – postura, vocabulário, visão de mundo e conhecimentos muito próximos – contribui para que essas pessoas se sintam iguais e à vontade:

“Numa firma grande, falar com o patrão é a maior dificuldade; tem que resolver com os intermediários. Aqui não; o dono está sempre no meio da gente, entende o que a gente faz e troca idéias sobre o serviço”.

A ausência de ganhos fixos, ao invés de representar fator de instabilidade e insegurança, também reforça esse sentimento de autonomia do trabalhador informal. Dos entrevistados na pesquisa, excluídos os proprietários, 52,3% fizeram referência ao que consideraram desvantagem dos ganhos fixos. A impressão que fica é de que a expectativa de ganhos mais altos contribui para arrefecer as dificuldades que enfrentam, ao mesmo tempo em que motiva a se trabalhar mais. Mesmo entre os considerados trabalhadores permanentes,⁴ com rendimentos mais ou menos fixos, o fato de receberem semanalmente mostra-se mais compensatório do que o usualmente praticado no mercado formal de trabalho. As entrevistas levam a crer que o imediatismo dos gastos é bem mais condizente com os ganhos recebidos em prazos mais curtos:

“Quando trabalho como empregado, o salário não dá para sustentar a família. Na oficina não dependo de salário; tenho dinheiro todos os dias.”

Quase 88% dos trabalhadores entrevistados disseram que trabalhando em oficinas se sentiam livres. Eles justificaram essa sensação de liberdade

através das razões que, a seguir, estão alinhadas de acordo com a ordem de importância que lhes foi dada:

- 1) nas oficinas informais os trabalhadores, em sua grande maioria, não têm ganhos fixos que, segundo os entrevistados, são insuficientes para o sustento da família; 2) nas oficinas informais não há rigidez de horários; 3) nas oficinas informais predominam as relações de caráter pessoal; 4) nas oficinas informais os trabalhadores gostam da forma como realizam o trabalho (participação em todo o processo produtivo, controle do ritmo de trabalho etc.). Os que responderam de forma negativa relacionaram a sensação de aprisionamento ao fato de trabalharem muito e ganharem pouco. De fato, quando questionados sobre a suficiência dos seus ganhos, muitos dos entrevistados disseram serem estes insuficientes para a manutenção da família, necessitando, neste caso, de recorrer à ajuda de membros da própria família (mulher e filhos), através de atividades complementares de renda, ou de empréstimos e donativos de parentes. Biscates feitos nos finais de semana e restrições no padrão de vida também figuram como estratégias para enfrentar a insuficiência dos ganhos.

Confirma-se, pois, que a opção pelo informal não se explica apenas pela incapacidade de o chamado setor formal absorver toda a mão-de-obra existente no mercado. Parece claro que os espaços econômicos ocupados pelas atividades informais resultam da própria dinâmica interna do capitalismo, que nas regiões periféricas apresenta singularidades em relação aos países avançados, em função de características peculiares às suas estruturas – como o perfil da força de trabalho, a pobreza de conteúdo do capital local etc. Mas a questão da entrada e permanência das pessoas no informal prende-se também a outros fatores. No caso específico do estudo realizado, salientam-se como determinantes nessa escolha: 1) o autoritarismo que marca as relações formais de trabalho; 2) os baixos salários que são pagos no setor formal; 3) a expectativa de poder acumular – que inclusive está na própria essência do capitalismo. Com relação ao segundo item, há o consenso, entre os trabalhadores informais, de que os salários praticados na economia formal sequer permitem repor as energias necessárias à reprodução da força de trabalho. Muitas vezes, trabalhando informalmente tem-se possibilidades de auferir ganhos que se situam em patamares bem superiores aos salários pagos no setor formal. Conforme se constatou, a estimativa feita em torno dos rendimentos dos entrevistados, apesar das dificuldades metodológicas na sua aferição, apresenta indícios de que no caso dos donos de oficinas, por exemplo, os rendimentos brutos variam de menos de dois até mais de cem salários mínimos. No caso dos trabalhadores, muito embora tenham-se registrado ganhos inferiores a um salário mínimo (geralmente no caso de ajudantes/aprendizes/iniciantes), os rendimentos chegam até oito salários mínimos. Em geral, os trabalhadores informais não se ressentem de perdas em relação ao trabalho formal. A idéia prevalecente é a de que entre ganhar pouco no setor

formal ou ganhar pouco no informal, eles preferem a última alternativa. Alguns afirmam que mesmo ganhando mais no formal preferem o informal, deixando implícito que os salários pagos naquele precisariam ser bem superiores aos rendimentos obtidos neste para que aceitassem submeter-se "ao cativo" da empresa.

Finalmente, existe a crença de que trabalhando por conta própria há possibilidade de obter êxito profissional e financeiro e acumular. A idéia predominante é a de que a conquista de um lugar na ordem econômica e social estabelecida se faz em termos estritamente individuais. O sucesso lhes aparece como fruto de ações de quem se recusou a trabalhar para os outros - recusou-se a vender sua força de trabalho - e, através do seu próprio esforço, do seu próprio trabalho, conseguiu prosperar. A trajetória idealizada pelos trabalhadores informais que trabalham em oficinas mecânicas e não são proprietários é a de montar um dia sua própria oficina. Eles parecem ter a certeza de que "trabalhar para os outros não dá futuro".

3. Considerações Finais

Fica evidente que a existência do Informal não pode ser atrelada apenas a questões de ordem estritamente econômica como, por exemplo, a incapacidade do Setor Formal de absorver toda a mão-de-obra disponível, muito embora se reconheça quanto significativa é esta questão sobretudo quando se observa as dimensões maiores que o Informal apresenta em determinados períodos de crise, desemprego, recessão. Há que se levar em conta também, neste comentário final, quão limitado é o poder de decisão do agente - no caso, o trabalhador - que se encontra numa posição de subordinação. Na verdade parece até ambicioso falar em poder de opção numa sociedade em que a conquista de um lugar no mercado de trabalho, seja formal ou informal, tem a feição de luta pela sobrevivência.

No entanto, a despeito dessas considerações, o estudo realizado com trabalhadores informais ligados a oficinas mecânicas de automóveis deixa transparecer que existe de fato uma preferência pelo trabalho informal. Alguns entrevistados chegam a reconhecer que esta preferência significa abdicar de algumas vantagens trabalhistas conferidas pelo trabalho formal, como férias, 13º salário, abonos etc. Chegam também a admitir que até mesmo diante da possibilidade de ganhos mais altos no Setor Formal, preferem trabalhar informalmente.

Por trás dos argumentos dos entrevistados, comentados ao longo deste artigo, mais relacionados ao rigor disciplinar da relação formal de trabalho, percebe-se que existe por parte desses trabalhadores uma recusa a submeter-se ao que se convencionou chamar de alienação do processo de produção capitalista. A perda do domínio do conhecimento do processo produtivo, resultante da divisão capitalista do trabalho, encontra reação da parte desses trabalhadores que não aceitam que lhes sejam confiscados os seus conhecimentos, as suas habilidades, a sua vontade; que querem saber o que fazem,

por que fazem e para quem fazem.

Quando os trabalhadores entrevistados se referem à satisfação que sentem com a forma como realizam o seu trabalho nas oficinas, eles situam as justificativas de sua preferência justamente na liberdade que têm na escolha da forma como trabalhar; no poder de controle sobre o processo de trabalho, que passa, inclusive, pelo contato direto que mantêm com os clientes. É motivo de realização entregar o objeto do seu trabalho pronto. Este é o momento que marca o final do processo; é o instante do reconhecimento de suas habilidades.

É evidente que tais constatações não são novidade, uma vez que compõem um dos pilares da crítica feita à divisão do trabalho. O que parece novo é a percepção da necessidade de incorporá-las às análises do trabalho informal, que passaria a ser visto também como uma forma de resistência de trabalhadores que se recusam a manter-se à margem do processo produtivo. Elas talvez apontem para a necessidade de se desenvolverem novas formas de gestão do trabalho, em que o distanciamento do trabalhador do processo de produção, visto como um todo, seria atenuado.

NOTAS

1. Ver: CARDOSO (1975)
2. Nas pesquisas realizadas em Fortaleza e Salvador, CAVALCANTI & DUARTE (1980) constatam que a liberdade de escolha do local e do horário de trabalho tornam o setor informal atraente, na medida em que o indivíduo, confrontado com baixas rendas tanto no formal como no informal, muitas vezes dá preferência ao informal. HUMPHREY (Estudos CEBRAP, 23), referindo-se ao caso específico da indústria automobilística, chama a atenção para o fato de que "salários mais altos relacionam-se estreitamente com esforço, disciplina e controle".
3. A classificação de algumas unidades de trabalho enfrenta dificuldades por conta de que os critérios estabelecidos para caracterizar o "formal" ou "informal" só se aplicam em parte. São empreendimentos em que, muitas vezes, elementos do formal e do informal se encontram numa combinação tal que se torna impossível uma classificação. Muitos deles, por exemplo, sob o ponto de vista das relações de trabalho, formas de recrutamento e remuneração da mão-de-obra, se caracterizam como formas não tipicamente capitalistas. No entanto, sob o ponto de vista da produção para venda eles são marcados pela "racionalidade do capital". Também é comum a existência de unidades produtivas legalizadas (com licenças para funcionamento, pagamento de taxas, impostos etc.) mantendo no seu interior mão-de-obra não assalariada. Um outro exemplo são os empreendimentos em que apenas parte da mão-de-obra é assalariada.
4. Na pesquisa realizada, foram considerados trabalhadores permanentes aqueles que têm o trabalho numa determinada unidade como atividade permanente, com uma remuneração às vezes fixa, outras variável de acordo com o volume dos serviços efetivados pela oficina. A remuneração variável é muito frequente nas oficinas pequenas e médias; nas oficinas grandes os ganhos são fixos e estabelecidos conforme contrato de trabalho aceito entre as partes. Os trabalhadores permanentes costumam relacionar a sua condição de "permanentes" ao fato de terem uma unidade fixa de trabalho e terem o seu salário vinculado ao movimento da oficina ou estabelecido pelo proprietário da mesma.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARAÚJO, Maria do Socorro. **Autonomia e Articulação: um estudo sobre a prestação de serviços nas oficinas mecânicas de automóveis, no Recife**. Recife: UFPE/MDU, 1990. Dissertação de mestrado.
- CARDOSO, Fernando H. **Autonomia e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CAVALCANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. **À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza**. Recife: Ed. Massangana, 1980.
- _____. **O setor Informal de Salvador: dimensão, natureza, significação**. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980. (Série população e emprego, 10).
- HUMPHREY, John. **Operários da Indústria automobilística: novas tendências no movimento trabalhista**. Petrópolis (RJ): Vozes/Estudos CEBRAP, 23.
- _____. **As raízes e os desafios do "novo" sindicalismo na indústria automobilística**. Petrópolis (RJ): Vozes/Estudos CEBRAP, 26.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classes e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRANDI, José Reginaldo. **Trabalhadores por conta-própria sob o capital**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978. (Ensaio e Memória, 14).
- SINE/PE; FUNDAJ. **Investigação sobre o setor informal na RMR: os trabalhadores autônomos de baixa renda**. Recife, 1986. Relatório de pesquisa (mimeo).